

PORTARIAS DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta nos autos do PA nº 2486-5/2007, resolve:

Nº 797 - I - Autorizar a cessão da servidora MÁRCIA MARIA DA FONTE SOUTO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da publicação desta Portaria, para exercer o cargo em comissão de Secretária do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo do Município de Olinda-PE, nos termos do art. 93, inciso I e §1º, da Lei nº 8.112/90, com ônus para o órgão cessionário (Convênio nº 019/2007, de 31/08/2007).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso XXV, do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, resolve:

Nº 799 - Dispensar o servidor JERÔNIMO JOSÉ DOS SANTOS, Mat 586, Analista Judiciário, Classe "C", Padrão 15, deste Tribunal, da função comissionada de Supervisor da Seção de Contabilidade e Auditoria, Código FC-05, da Subsecretaria de Controle Interno.

Nº 800 - Dispensar a servidora SÔNIA MAURÍCIO DE OLIVEIRA, Mat 819, Analista Judiciário, Classe "C", Padrão 15, deste Tribunal, da função comissionada de Assistente-Técnico III, Código FC-03, do Setor de Consulta e Prevenção, do Núcleo de Protocolo, Registro e Distribuição, da Secretaria Judiciária.

Nº 801 - Dispensar o servidor SALVINO BEZERRA DE ANDRADE VASCONCELOS, Mat 827, Técnico Judiciário, Classe "B", Padrão 9, deste Tribunal, da função comissionada de Supervisor-Assistente, Código FC-04, do Setor de Recebimento e Distribuição de Material, da Subsecretaria de Material e Patrimônio.

Nº 802 - Designar o servidor SALVINO BEZERRA DE ANDRADE VASCONCELOS, Mat 827, Técnico Judiciário, Classe "B", Padrão 9, deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente-Técnico III, Código FC-03, do Setor de Consulta e Prevenção, do Núcleo de Protocolo, Registro e Distribuição, da Secretaria Judiciária, em razão da dispensa de SÔNIA MAURÍCIO DE OLIVEIRA.

Nº 803 - Designar a servidora SÔNIA MAURÍCIO DE OLIVEIRA, Mat 819, Analista Judiciário, Classe "C", Padrão 15, deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Supervisor-Assistente, Código FC-04, do Setor de Recebimento e Distribuição de Material, da Subsecretaria de Material e Patrimônio, em razão da dispensa de SALVINO BEZERRA DE ANDRADE VASCONCELOS.

Nº 804 - Designar o servidor VALDIR GOMES DE LUNA, Mat 1098, Técnico Judiciário, Classe "A", Padrão 1, deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Auxiliar Especializado, Código FC-02, da Seção de Segurança, da Subsecretaria de Apoio Especial, em razão da dispensa de EDSON PURCINO DA LUZ.

Nº 805 - Designar o servidor JOÃO AURÉLIO OLIVEIRA ALVES DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Prefeitura da Cidade do Recife, ora à disposição deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente-Datilógrafo, Código FC-04, da Seção de Cerimonial, da Divisão de Cerimonial e Relações Públicas, em razão da dispensa de RICARDO JOSÉ QUIRINO DE AZEVEDO.

Nº 809 - Retificar a Portaria nº 772, de 17 de agosto de 2007, ref. à dispensa do servidor REGINALDO BARROS DE ALBUQUERQUE, Mat 778, Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, deste Tribunal, da função comissionada de Supervisor-Assistente, Código FC-04, da Seção de Revisão e Publicação dos Acórdãos, do Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli, para considerar os efeitos da dispensa a partir de 05 de agosto de 2007.

JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 494, DE 3 DE SETEMBRO DE 2007

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Substituir o servidor JOSÉ SEIXAS DE OLIVEIRA, Analista Judiciário - Área Judiciária, pelo servidor BESALIEL DE OLIVEIRA RODRIGUES, Técnico Judiciário - Área Administrativa, na presidência da Comissão Especial de Licitação, visando à instrução de procedimentos licitatórios para a reforma, adaptação e ampliação dos Cartórios Eleitorais da 4ª Zona - Oiapoque e 8ª Zona - Tartarugázinho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Des. LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 764, DE 31 DE AGOSTO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

I - Declarar a vacância do cargo efetivo de Analista Judiciário - Área Judiciária, do Quadro Permanente desta Egrégia Corte de Justiça Especializada, ocupado pelo servidor ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA BORGES DE CAMPOS, a contar de 03.09.2007, em razão de posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei 8.112, de 11.12.1990.

Des. JOVALDO DOS SANTOS AGUIAR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATOS DE 20 DE AGOSTO DE 2007

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo protocolado sob o n.º 10284/2007, resolve:

Nº 35 - Tornar sem efeito as nomeações dos candidatos relacionados no Anexo deste Ato, para os cargos de Analista Judiciário - Área de Atividade: Judiciária, todos na Classe/Padrão A- 1, efetuadas através do Ato n.º 31, de 27 de junho de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 02 de julho de 2007, bem como declarar vagos os cargos, em face de haver transcorrido o prazo legal sem que os nomeados tomassem posse.

ANEXO

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: JUDICIÁRIA

1.	Osmar Nelson Ellery Frota
2.	Thiago Salles Assunção
3.	Jorge Rodrigo Araújo Messias

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo protocolado sob o n.º 10284/2007, resolve:

Nº 36 - Tornar sem efeito as nomeações dos candidatos relacionados no Anexo deste Ato, para os cargos de Técnico Judiciário - Área de Atividade: Administrativa, todos na Classe/Padrão A- 1, efetuadas através do Ato n.º 32, de 27 de junho de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 02 de julho de 2007, bem como declarar vagos os cargos, em face de haver transcorrido o prazo legal sem que os nomeados tomassem posse.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

ANEXO

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: JUDICIÁRIA

1.	Jean Carlos Nunes Pereira
2.	Isabel Cristina Araújo Sousa
3.	Edson Luiz de Castro Assunção
4.	Antônio Agripino Ferreira Nunes

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 138, DE 27 DE AGOSTO DE 2007

O Desembargador ALMIRO PADILHA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Remover, a pedido, o servidor LUIZ ANTONIO SALOMON ABEICHE, servidor do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com base no art. 36, II, alínea b, da Lei nº 8.112/90, combinado com os artigos 20 da Lei nº 11.416/06 e 226, § 8º da CF/88, para a 151ª Zona Eleitoral, localizada no município Barra do Ribeiro, pertencente à circunscrição do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, a partir de 01.09.2007.

Art. 2º - Conceder 30 (trinta) dias de trânsito ao r. servidor, em obediência ao art.18 da Lei 8.112/90, a partir de 01.09.2007.

Des. ALMIRO PADILHA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria do Gabinete da Presidência nº 138/2007, de 27 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 30 de agosto de 2007, na Seção 2, página 49, onde se lê: "...em vaga decorrente da Lei nº 11.202/2005", leia-se: "...em vaga decorrente da Lei nº 10.842/2004".

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 448, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

A Diretora-Geral Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PRE-DGA Nº 209/2004, ratificada pela PORTARIA PRE-DGA Nº 177/2006, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 4358/2007, resolve:

Designar DALVA AUGUSTA MARTINS NEIVA, servidora à disposição deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente 1, Código FC-01, da Diretoria do Serviço de Material e Patrimônio, ficando, em consequência, dispensada da função que ocupa.

MARYSOL BERTOLIN DAMASCENO

Editais e Avisos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR DA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

EDITAL Nº 87, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

O CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe confere o art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto na Resolução CS-AGU nº 05, de 08 de dezembro de 2005, resolve:

Art. 1º Convocar os membros da carreira de Advogado da União para apresentar, até 28 de setembro de 2007, documentos destinados à pontuação de merecimento e à aferição de antiguidade, relativamente às promoções dos períodos de avaliação compreendidos entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2006 e 1º de janeiro a 30 de junho de 2007, na forma deste Edital.

Parágrafo único. Serão observadas as vagas ocorridas na forma do parágrafo único do artigo 24 da Lei Complementar nº 73, de 1993, e em decorrência da Portaria nº 477, de 16 de maio de 2007, do Advogado-Geral da União, conforme apuração constante do Anexo I.

Art. 2º O sistema de promoções, acessível por meio do sítio da Advocacia-Geral da União na Internet (<http://www.agu.gov.br>), que possibilita ampla publicidade aos atos relativos aos processos de promoção, disponibilizará:

I - as informações relativas à antiguidade e a relação de títulos para fins de merecimento de cada candidato;

II - meios de inclusão eletrônica de novos documentos;

III - meios eletrônicos para o oferecimento de postulações e interposição de recursos, na forma e prazos definidos neste Edital; e

IV - campo destinado à declaração da preferência pelo critério de antiguidade de que trata o § 2º do art. 19 da Resolução nº 5, de 2005.

Art. 3º O Conselho Superior constituirá Comissão de Promoção, composta por até seis integrantes da carreira de Advogado da União, à qual compete:

I - avaliar os títulos destinados à promoção por merecimento e os documentos relativos à antiguidade, promovendo seu enquadramento às hipóteses regulamentares;

II - solicitar manifestação do Conselho Superior para dirimir previamente eventuais dúvidas jurídicas acerca da avaliação de que trata o inciso I, para conferir uniformidade de tratamento às diversas demandas;

III - elaborar parecer prévio nos assuntos levados à consideração do Conselho e nos recursos interpostos pelos candidatos;

IV - determinar, no sistema de promoções, o processamento da ordem de merecimento e de antiguidade dos membros elegíveis, das listas de promoção, conferir-lhes a adequação e remetê-las à consideração do Conselho Superior.

§ 1º O órgão de pessoal da Secretaria-Geral da AGU prestará auxílio à Comissão de Promoção.

§ 2º O presidente da Comissão de Promoção deverá comparecer às reuniões do Conselho Superior que tratem das promoções objeto do presente Edital.

Art. 4º A remessa de documentos deve ser precedida de registro eletrônico no sistema de promoções, até a data prevista no art. 1º, mediante requerimento escrito e assinado pelo candidato.

§ 1º A documentação e o requerimento referidos no caput deste artigo devem ser encaminhados via "Encomenda Expressa - SEDEX", da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em um único envelope assim endereçado:

Advogados da União/Promoções
Caixa Postal 7988
Agência Sudoeste 10300634
CEP 70.673-970 - Brasília-DF

§ 2º O candidato poderá fazer a entrega do requerimento e da documentação previstos no caput, em envelope devidamente lacrado com o título "Advogados da União/Promoções", diretamente no Protocolo Central Unificado da AGU, localizado no Edifício Sede.